

Desobediência neoliberal: um relato de fracasso

Laura de Souza Zingra Vomero^{1,2*} , Maria Célia Malaquias³ 

RESUMO

Este artigo é uma pesquisa qualitativa sobre a orientação de monografias em psicodrama que aborda temas como o fracasso, a desobediência neoliberal, a culpa, o cuidado, as relações raciais e de poder. Destaca-se a importância do reconhecimento de saberes localizados como condição para um encontro potencializador entre orientadora e orientanda. Além disso, discute-se a implicação das políticas afirmativas e de permanência nos espaços de formação, do atendimento grupal como estratégia para a promoção da saúde mental de estudantes, bem como a criação de trabalhos de enfrentamento ao racismo, à LGBTfobia e aos relacionamentos abusivos envolvendo alunas/es/os, orientadoras/es e professoras/es.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação; Relações de poder; Relações raciais; Neoliberalismo; Psicodrama.

Neoliberal disobedience: a tale of failure

ABSTRACT

This article is configured as a qualitative study on the supervision of monographs in psychodrama, addressing themes such as failure, neoliberal disobedience, guilt, care, and racial and power relations. It highlights the importance of recognizing situated knowledges as a condition for a meaningful and empowering encounter between supervisor and supervisee. Furthermore, it discusses the role of affirmative action and retention policies in training settings, as well as group care as a strategy for promoting students' mental health. The report also reflects on the development of initiatives to confront racism, LGBTphobia, and abusive relationships involving students, supervisors, and professors.

KEYWORDS: Guidance; Power relations; Racial relations; Neoliberalism; Psychodrama.

Desobediencia neoliberal: un relato de fracaso

RESUMEN

Este artículo se configura como una investigación cualitativa sobre la orientación de monografías en psicodrama, abordando temas como el fracaso, la desobediencia neoliberal, la culpa, el cuidado, las relaciones raciales y de poder. Se destaca la importancia del reconocimiento de saberes situados como condición para un encuentro potenciador entre orientadora y orientanda. Además, se discute la implicación de las políticas de acción afirmativa y de permanencia en los espacios de formación, así como la atención grupal como estrategias para la promoción de la salud mental de les estudiantes. También se reflexiona sobre la creación de acciones para enfrentar el racismo, la LGBTfobia y las relaciones abusivas que involucran a estudiantes, orientadores/as/es y profesores/as/es.

PALABRAS CLAVE: Orientación; Relaciones de poder; Relaciones raciales; Neoliberalismo; Psicodrama.

1. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Florianópolis (SC), Brasil.

2. Viver Mais Psicologia – Tubarão (SC), Brasil.

3. Sociedade de Psicodrama de São Paulo – São Paulo (SP), Brasil.

*Autora correspondente: laurazvomero@gmail.com

Recebido: 11 jul. 2024 | Aceito: 27 abr. 2025

Editora de seção: Camila Canani Nunes 

TERRITÓRIO VIVO PSICODRAMÁTICO

Esta composição de palavras é um trabalho sobre o papel de orientadora de monografia de psicodrama. Aqui compartilho três histórias de fracasso: a da orientadora (autora 1), a de Jurema (orientanda) e a de Nise (orientanda). Como podem perceber, comecei esta narrativa contando seu desfecho. No entanto, como vocês também podem notar, não se trata apenas de histórias fracassadas, mas de um texto que também falha em seguir a norma de início, meio e fim. Uma estética que escapa à estrutura e à higienização do corpo-texto – esse corpo que, segundo a ciência moderna, deveria ser esclarecido, desenvolvido e exclusivo.

Estamos longe de qualquer tipo de esclarecimento, pois as palavras aqui escritas caminham na contramão do que a branquitude entende como racionalidade e/ou compreensão, algo que, para ela, só se dá por meio do esclarecimento – expressão linguística racista – do corpo-ideia. Como relata Antônio Bispo dos Santos (2021), o desenvolvimento tem nos conduzido a territórios de crueldade e aniquilação. Diante disso, não busco o desenvolvimento dos saberes orgânicos, mas o envolvimento com eles. E, se dizem exclusivo, é porque reconhecem a impossibilidade da concomitância na lógica binária e colonial, em que só há espaço para uma única ciência. Desvio, então, da lógica do caminho único e, se o saber é orgânico, busco confluir com esses corpos-rios. Abraço e ocupo, com a simplicidade de quem está aberta ao encontro cósmico, à magia das encruzadas da vida (Rufino, 2019).

Parto do território vivo do psicodrama, assim como contribuo para ele. Por isso, estou longe de oferecer resultados prontos; habito uma epistemologia fenomenológica, feita de discussões abertas, imperfeitas e inacabadas. Essa escolha me aproxima do objetivo de relatar a experiência de supervisão de monografia em psicodrama tendo o fracasso como lugar de expansão da espontaneidade-criatividade. Descobrimo-o como uma via de resistência, de potência e reencantamento, em que o impossível faz morada, em que coabita aquilo que nos é mais caro e, talvez, ainda não capturado pela lógica neoliberal. É nesse centro que me atualizo na diferença – naquilo que não pode ser contido pelo que a norma chama de sucesso. Vale lembrar que esta pesquisa segue as diretrizes da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, assegurando a proteção do sigilo das histórias gentilmente partilhadas, especialmente no que diz respeito à identificação das orientandas.

ANTIÉTICA CAPITAL

Etimologicamente, a palavra *fracasso* vem do italiano *fraccassare*, que significa “destroçar”, “despedaçar”, “quebrar com estrépito”, “romper em pedaços”, “fazer grande ruído”. A palavra é formada por *fra*, que significa “entre”, “no meio”, e *quassare*, que significa “bater”, “golpear” (Rodrigues, 2016, p. 19).

Nesse (des)sentido, é possível considerar que, (in)felizmente, nós quatro já nascemos em circunstâncias que podem ser nomeadas como fracassadas. Autora 1, por ser um corpo não binário e bissexual; Jurema, por ser uma mulher cis, negra e lésbica; Nise, por ser uma mulher; e a autora 2, por ser uma mulher preta. Somos corpos que desafiam convenções e, por algum motivo, talvez por causa do machismo, da misoginia, do racismo, da bifobia e da NBfobia, geramos grandes ruídos e acabamos por incomodar, incomodar muito.

Conforme apontado por Jack Halberstam (2000), apostar no fracasso muitas vezes é preferível a apostar no sucesso. Num contexto em que o sucesso da mulher é constantemente avaliado com base nos padrões masculinos e o fracasso frequentemente implica estar livre da pressão de se conformar aos ideais cis-heteropatriarcais, não alcançar sucesso na concepção tradicional de mulheridade pode proporcionar prazeres inesperados. Quando reflito, em outro texto, sobre a falta de espontaneidade e criatividade na conserva corporal presente na ditadura de corpos que obriga a compulsoriedade da cisgeneridade ao nascimento (Vomero, 2024), percebo que isso está alinhado com a ideia de que apostar no fracasso pode, muitas vezes, ser preferível a apostar no sucesso.

Não posso negar que o fracasso igualmente pode ser uma fonte de tristeza e humilhação. No entanto, conforme descrito pelo autor mencionado anteriormente, ele também proporciona uma exposição extasiante das contradições de uma sociedade obcecada por competições sem sentido. Como resultado, revela os modelos precários de sucesso. Em certas circunstâncias,

falhar, perder, esquecer, desconstruir, desfazer, inadequar-se, ou simplesmente não saber podem oferecer formas mais criativas, cooperativas e surpreendentes de existir no mundo. Ficar aquém das expectativas é algo que pessoas LGBTQIAP+ e negras sempre fizeram excepcionalmente bem.

Parece que aquilo que compreendo como fracasso adquire a possibilidade de expansão da espontaneidade – algo que sugere resistência e desobediência ao projeto neoliberal. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo baseia sua noção de liberdade na competição mercantil não apenas como uma ideologia, mas como uma racionalidade política global. A intensidade do envolvimento e da mobilização subjetiva, refletida nas atitudes individuais da *empresa de si* e na busca da eficácia pelo próprio mérito, revela um desapego à relação entre meios e fins, destacando o cerne normativo dessa nova ordem mundial.

A *empresa de si* é um conceito que se refere à ideia de que os indivíduos devem gerenciar suas vidas pessoal e profissional como se fossem uma empresa. Isso implica adotar uma mentalidade empresarial em relação ao próprio eu, tratando-o como um empreendimento a ser administrado, com os objetivos de maximizar os recursos disponíveis e buscar a eficiência e o sucesso pessoal. Essa abordagem valoriza a autossuficiência, a autovalorização e a adaptação às demandas do mercado como formas de alcançar o sucesso individual (Dardot & Laval, 2016).

Enquanto *empresa de si*, posso dizer que falhei – esta escrita não assume a forma de um texto de sucesso. São palavras em forma de flechas, que disparam no entre, no meio, buscando bater e golpear as barreiras do sucesso. Aqui, o muro separa aquelas/es/us que podem ou não obter o título de especialista ou de orientadora em psicodrama; funciona como um mecanismo de distinção, determinando quem pode ou não acessar e ocupar certos espaços. Isso não é um manifesto contra a pedagogia psicodramática, mas o reconhecimento da existência dessas distinções. E, se estou escrevendo hoje, é para reivindicar o acesso a esse espaço – ainda que seja por meio de uma falha. Como bicho-humane, não estou ausente de contradições.

A conserva cultural, colonial e corporal (Vomero, 2024) espera que alunas/es/os de sucesso cumpram o nível 1 de psicodrama com a obrigatoriedade da monografia, exigindo que demonstrem habilidade de direção dramática. Isso implica que a monografia não pode ser apenas teórica, ou seja, não basta uma revisão bibliográfica. Até que ponto esse padrão já excluiu contribuições importantes que nossa teoria poderia receber? Ou até que ponto esse padrão reforçou o estereótipo de que o psicodrama se resume a um simples *teatrinho*? Quais são os aspectos institucionais que nos atravessam e nos tornam enrijecidas/es/os?

Reflijo, suscitada por essas inquietações, que o devir psicodramático não requer necessariamente a presença da dramatização. Nosso trabalho não pode ser reduzido a uma prática cênica estereotipada, tampouco exige que sempre haja cena, uma vez que também compreendemos a fala como ação. Essa diferenciação desafia a conserva colonial que pode condicionar o método a uma forma única de expressão – limitando a potência criativa, política e epistemológica.

Para além da conserva em relação ao modelo de titulação – e não se trata aqui de um julgamento dicotômico sobre ser bom ou ruim, mas sim de reconhecer as contradições e conjecturar possíveis transmutações que favoreçam experiências mais produtoras de vida –, a desistência no processo de monografia é algo recorrente. O que leva à desistência? De quem é a responsabilidade? Da orientadora? Da orientanda? Da instituição? Onde, afinal, está o fracasso?

FLOR DE JUREMA: AFETAÇÕES E COSMICIDADES

Jurema procurou-me para orientação após conhecer dois processos que conduzi em um evento de psicodrama e participar deles: um sociodrama, no qual estive como participante, e uma psicoterapia de grupo, da qual foi protagonista. Em nossa primeira reunião, surgiram diversos interesses e problemas de pesquisa: como o psicodrama pode contribuir para a humanização de pessoas com diagnósticos psiquiátricos?; de que maneira o racismo e a transfobia podem interferir negativamente no processo de reconhecimento do eu?; como o psicodrama bipessoal pode auxiliar no processo de reconhecimento do eu de uma mulher trans negra?.

Estava animada para iniciar os atendimentos bipessoais com uma mulher trans negra que conheceu durante seu tempo trabalhando em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps). Essa paciente, que nomeio de Jardelina, já havia recebido

vários diagnósticos, como: esquizofrenia (CID F20), transtorno esquizoafetivo (CID F25), episódio maníaco com sintomas psicóticos (CID F31.2), transtorno de personalidade dissocial (CID F60.2) e transtorno de personalidade *borderline* (CID F60.3). Segundo Jurema, Jardelina era frequentemente internada e recebia altas dosagens de medicamentos, o que muitas vezes resultava na redução de sua identidade à sua condição psiquiátrica. Jurema, por estar familiarizada com a paciente, compartilhou suas preocupações sobre a regularidade das consultas dela, uma sensação que acabou se confirmando. Após algumas faltas de Jardelina, ela expressou que não conseguiria manter as sessões de psicoterapia por causa do compromisso com seus estudos na universidade.

Levamos cerca de três meses, após nosso primeiro encontro via Google Meet, para chegarmos a uma nova possibilidade de problema de pesquisa, uma vez que Jardelina decidiu não seguir com as sessões com Jurema. Nesse meio-tempo, realizamos mais reuniões de orientação da monografia e, também, para fortalecer a motivação e a segurança de Jurema em relação à escrita. Durante esse período, Jurema deveria estar conduzindo as sessões com Jardelina, além de dedicar-se à redação da justificativa e da fundamentação teórica, aprimorando seu projeto de pesquisa. Outrossim, foram meses de compartilhamento de angústias, dúvidas e referências bibliográficas para a pesquisa, com apoio constante via WhatsApp.

No nosso primeiro encontro, traçamos juntas os objetivos gerais e específicos, além de discutirmos conceitos importantes para o aprimoramento do projeto. Combinamos que o próximo encontro seria dedicado à revisão do encaminhamento mais definitivo desses objetivos por parte de Jurema e ao início da análise da redação da fundamentação teórica – parte que ficaria sob sua responsabilidade. Se bem me lembro, tínhamos um prazo de cerca de três semanas para isso.

Para colocarmos o projeto em ação, propus um novo encontro no qual, de acordo com a escolha de Jurema, definimos que o campo de pesquisa seria realizado no espaço clínico bipessoal com mulheres cis negras que ela já atendia em seu consultório. Refizemos juntas um esboço da metodologia e, conforme o desejo da orientanda, o objetivo geral passou a ser o resgate da espontaneidade dessas mulheres.

Após a orientação via chamada de vídeo, Jurema compartilhou por mensagem que havia superado seu desânimo com a escrita. Porém, ao longo tanto da primeira quanto da segunda proposta de projeto, diversos atravessamentos marcaram seu percurso, dificultando seu encontro com a escrita: a visita da mãe, um adoecimento físico, a chegada de um amigo, a participação em um evento de psicodrama, a frustração com a desistência de Jardelina, o tempo corrido, a sobrecarga de trabalho, a decepção diante de um episódio de preconceito presenciado na escola de psicodrama, a falta de motivação, entre outros.

Entre esses outros, Jurema pediu-me para dar prazos para ela como “*daqui dez dias entregar a introdução*”, “*eu sinto que me deixando um pouco solta não tá me ajudando e eu queria tua ajuda*”, “*é mais uma tentativa, Laura, eu tô lutando pra não desistir, porque minha vontade real era desistir*”. Acolhi Jurema por mensagem e, em seguida, em no máximo dois dias, entreguei-lhe uma tabela com prazos para todas as etapas da monografia até a data prevista para sua defesa. Perguntei se estava de acordo com os prazos, e ela respondeu que sim.

Jurema estava com uma grande dificuldade para escrever até que me pediu uma pausa nesse processo para poder se priorizar:

Eu tô bem desmotivada, priorizando a saúde mental, uma sensação ruim, início do ano passei por um período de adoecimento psíquico, algumas expectativas com o aprendizado que não foram supridas, acho que o meu erro foi não começar logo o projeto, pois não contava com esse adoecimento.

DES-RE-TERRITORIALIZAR-ME

Fui atravessada por diversas sensações ao longo desse processo de orientação, de maneira tanto semelhante quanto distinta de Jurema. Não apenas sentimentos, mas também reflexões, as quais posso agora aprofundar nesse momento de partilha. Ao localizar essa escrita como uma produção interacional, histórico-discursiva, assumo como caminho um olhar crítico sobre a minha própria prática – (re)fazendo desse encontro de experiências, em forma de escrevedura, uma pesquisa viva.

Uma das primeiras questões que me atravessaram foi: como eu, uma pessoa branca, poderia orientar a pesquisa e a prática de uma mulher negra com outra mulher negra? Essa pergunta não surge para diminuir meu trajeto como profissional e

pesquisadora – mesmo reconhecendo que há um sistema branco que facilita e valida meu espaço. Ela nasce do compromisso ético de buscar, continuamente, aprender com referências importantes nos estudos de relações raciais, como de outras temáticas, e tensionar também o lugar que ocupo.

Cuida-se do reconhecimento dos marcadores sociais que circunscrevem nossos corpos, como a consciência de que o racismo opera igualmente em nível inconsciente (Vomero, 2024) e de que nós, pessoas brancas, não estamos isentas de tropeçar naquilo que Fanon (2020) nomeou como a destruição do reconhecimento hegeliano, provocada pela nefasta história da escravização e conservada pela capilarização do racismo estrutural, institucional, recreativo, interpessoal.

Nessa compreensão e questionando o psicodrama, elaborei uma crítica à noção de matriz de identidade enquanto conceito universal, assim como à concepção psicodramática vigente sobre o reconhecimento (eu-tu). Refere-se à dificuldade que marca a experiência de pessoas cis brancas em realizar o reconhecimento do eu e do tu – dificuldade esta atravessada pelo racismo e pela transfobia, expressões de um comportamento sócio-histórico-cultural que mantém essas pessoas se relacionando com o mundo em uma lógica de imagem-espelho-euísmo-narcisismo (Vomero, 2022).

Assim como acredito que nós, pessoas brancas, não esbarraremos apenas uma única vez nesse lugar – pois ele pertence a um movimento não linear de expansão da espontaneidade e da sensibilidade –, racionalizo a minha insegurança não como medo ou vergonha de ser descoberta como alguém racista, mas como receio de não ter sensibilidade ou técnicas para atender àquela demanda. Ou melhor, até que ponto o meu corpo – consciente e inconscientemente – colonizado me impede de analisar a situação e de me envolver com ela?

Em *O teatro da espontaneidade*, Moreno (2012) discute a possibilidade de treinarmos a espontaneidade e a sensibilidade, destacando que aprendemos por meio da imitação e que, mediante essa experimentação – ou “treinamento”, como ele nomeia –, passamos a criar nossas próprias ações com o auxílio da espontaneidade-criatividade. Prefiro, contudo, compreender essa transição da apropriação de símbolos e ações como um processo de aprendizagem, e não como um treinamento. A palavra *aprendizagem* parece-me mais alinhada para adentrar com maior facilidade no campo do sensível, enquanto *treinamento* carrega uma lógica de adestramento e controle, que pouco dialoga com a ética do encontro.

Sendo assim, desaprender as marcas do racismo em minha psique e pensamento é um caminho que venho tentando traçar – um percurso sem linha de chegada definida, porque a vida não é linear, é circular. Reconheço que, na estrutura da sociedade em que vivemos, enquanto pessoa branca, jamais perderei meus privilégios. No psicodrama, temos uma referência unânime quando o tema são as relações raciais: Maria Célia Malaquias (2020, 2023), cuja contribuição é vital para seguirmos descolonizando práticas e teorias.

Quando compartilho sobre um lugar circular, lembro-me da pesquisadora branca DiAngelo, que prefere não ser chamada de antirracista, mas sim dizer que está envolvida em um trabalho antirracista. Isso porque ser antirracista não significa que nos transformamos e nunca mais seremos racistas. DiAngelo et al. (2023, p. 30) citam a escritora e ativista negra Ijeoma Oluo, que afirma: “A beleza do antirracismo é que você não precisa estar livre do racismo para se engajar na luta para desafiar o racismo, não só nos outros, mas também em si mesmo, como uma pessoa branca”.

Percebo, então, que só posso descolonizar meu corpo se for em relação: na relação com Jurema; na triangulação com Jurema e Jardelina; e na relação afetada pelo processo (des)contínuo de (des)aprendizagem. Quando Jurema me escolhe, assim como qualquer outra orientanda ou pessoa que procura acompanhamento clínico, reconheço mais uma possibilidade de aprofundar a descolonização da minha escuta, da minha fala, como também da minha imaginação. São desafios que a vida me apresenta e que podem assumir a forma de aprendizado e sensibilidade.

A falha, a ausência ou o fracasso se transformam em mais uma direção de transformação pela via da (des)aprendizagem. Estarei sempre em falta com as pessoas que atendo ou oriento – mas é nesse espaço que deixo aberto o convite ao mistério, à escuta, ao receber. Acredito na potência do desconhecido. O fracasso faz-se devir no meu caminho de pesquisa, trocas e leituras. É mola que impulsiona, não uma falta acumulativa ou ressentida, como aquela que diz: “sendo branca, não preciso aprender sobre racismo, porque não é o meu lugar de fala”.

Talvez, além do desejo de vivenciar a potência do encontro cósmico moreniano com Jurema, seja também na dedicação de assumir o compromisso ético-político de um trabalho sensível e em (des)contínua atualização que reafirmo a importância de um ensino comprometido com o questionamento dos espaços de poder – espaços que emergem, em sua maioria, do

corpo branco, cisgênero e sem deficiência. Questionar para aleijar (Gravério, 2015), aquilombar (Nascimento, 2006), florestar (Krenak, 2022) e pluriversar: essa é a dimensão fronteiriça que re-des-territorializa minhas pesquisas e a atuação na pedagogia psicodramática. Às vezes, não escolher o conforto pode ser profundamente doloroso e conflitante. Mas também pode ser, paradoxalmente, libertador.

VIAS TRANSGRESSORAS PARA O CUIDADO

“O homem procurou um responsável para seu sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher...” (Delumeau, 2003, p. 314).

Outro atravessamento que considero importante para contribuir com essa artesanaria intersubjetiva que vai se formando no próprio processo é perceber o quanto a culpa cristã permeou as falas de Jurema, fosse de forma explícita, fosse velada. Expressões como “*estou em débito comigo mesma*” ou “*confesso pra você*” me fizeram questionar sobre a minha/nossa atuação enquanto professoras/es e como podemos estar, de alguma forma, reatualizando essas sensações em alunas/es/os nas escolas de formação.

É interessante rememorar a culpa como uma construção cristã destinada a disciplinar corpos. Por isso, talvez seja importante diferenciá-la da responsabilidade/irresponsabilidade. Compreendo a culpa como um espectro sempre presente, rondando, vagando por aí, sem que ninguém queira, de fato, segurar-lhe a mão – quase como os olhos de Deus, que tudo vê, que tudo sabe, que tudo vigia. Diante disso, a necessidade da busca por um culpado – para que eu não o seja – proporciona certo alívio.

Uma maneira menos ligada aos poderes religiosos e jurídicos de lidar com esse espectro é substituir a palavra culpa por responsabilidade/irresponsabilidade. Isso nos distancia da lógica da punição para uma ética do cuidado e da implicação. Não se trata mais de encontrar um réu, mas de reconhecer os efeitos de nossas ações (ou omissões), assumindo a responsabilidade pelas escolhas feitas. Esse movimento, muitas vezes, nos retira do lugar de vítima e nos convida à pergunta: qual é a minha responsabilidade nessa situação?

Como dizem Provérbios 15:3: “Os olhos do Senhor estão em toda parte, observando atentamente os maus e os bons” (Bíblia Sagrada Online, s.d., p. 4-5); e Hebreus 4:13 acrescenta: “Nada, em toda a criação, está oculto aos olhos de Deus. Tudo está descoberto e exposto diante dos olhos daquele a quem havemos de prestar contas” (Bíblia Sagrada Online, s.d., p. 4-5). Se aos olhos de Deus nada escapa, vivemos constantemente sob uma vigilância invisível, em que esse oculto pode estar intimamente ligado à culpa e ao pecado. Mesmo na solidão mais profunda, não estou livre do julgamento pelas falhas. Desse modo, compreendo a culpa como um fantasma que está sempre “entre nós” e, se não estivermos atentas/es/os, podemos acabar dando-lhe as mãos, os braços, ou até mesmo nos tornando o seu veículo.

Jurema trouxe-me várias (des)culpas – algumas suas, outras que depositou sobre meus ombros –, como quando disse que eu a estava “*deixando muito solta*”, responsabilizando-me por sua dificuldade de sentar-se para escrever, e que precisava ainda de mais ajuda, ou talvez aliviar o peso do seu fardo.

A culpa é um conceito de matriz judaico-cristã amplamente associado ao pecado, o que talvez explique a necessidade que Jurema sentia de se confessar por não ter cumprido o que havia se comprometido a fazer – ou o que a sociedade diz que é o caminho correto a traçar. Ao refletir sobre isso, percebo que também fui atravessada por esse fardo – especialmente após o alerta que meu corpo me deu ao ouvir o áudio da orientanda, em que me pedia por maior rigidez. Trago-o agora para o processamento, pois acredito que o cuidado é político e coletivo, que possamos cada um de nós assumir o compromisso com as trocas.

Jurema sentia-se à vontade para expressar suas angústias e estratégias de escrita e pesquisa. Talvez, orientadores menos atentos aos sinais das conservas corporais e coloniais que atravessam nossos modos de escuta e direção (Vomero, 2022, 2024; Vomero & Nery, 2023) pudessem carregar esse fardo da culpa sem perceber que ele também é efeito das estruturas históricas que operam nas nossas afetividades vinculares. De todo modo, atendi à demanda e ajudei-a a desintegrar essa ilusão – sem me criticar, nem a ela, por isso. Ainda que, num primeiro momento, eu tenha sentido o peso desse fardo, fui aos poucos transformando-o em processo de elaboração.

De acordo com a pesquisa de Gylmara de Araújo Pereira (2012) sobre a culpa, os sistemas religiosos impõem normas de comportamento e valores que orientam não apenas a vida dos fiéis, mas também moldam profundamente a cultura ocidental. A transgressão dessas normas pode gerar desconforto psicológico – o sentimento de culpabilidade – e se intensifica quando atrelado ao não cumprimento das regras e à tensão entre escolhas individuais e valores instituídos.

Meu papel como orientadora não consistia em reforçar o erro pelo não cumprimento de normas – fossem elas institucionais, como os prazos para entrega da monografia, fossem aquelas relacionadas à exigência de escritos prévios para que a orientação pudesse ocorrer. Em vez disso, era realizar uma análise de seu papel como orientanda, incorporando uma maturidade sensível e crítica para reconhecer que, naquele momento, o mais importante era cuidar de sua saúde mental e elaborar os fardos que a impediam de realizar certos movimentos em sua vida. Talvez esses fardos estivessem mesmo pesados demais.

Não à toa uma das últimas mensagens de Nise antes de desistir da construção de sua monografia, ao também priorizar sua saúde mental, foi: “*Perdão*”. Ao analisarmos o papel de orientanda/e/o, que envolve atravessamentos emocionais, fisiológicos e sociais, é importante assumirmos responsabilidade diante dessa pessoa e compreendermos seus limites reais. Podemos, assim, buscar pistas sobre como cuidar e transmutar a ideia de que a desistência não é, necessariamente, algo negativo – e que, em alguns casos, pode e deve ser prioridade. Isso implica compreender a relação que se estabelece nesse processo e reconhecer, com compromisso, quais são as minhas/nossas limitações e potências para ocupar esse papel.

A análise também emerge de um saber localizado e corporificado, em oposição à noção de neutralidade. Como nos lembra Donna Haraway (1995), a saída ao relativismo não está na adoção de uma verdade absoluta, mas na possibilidade de criar redes de conexão – ou, em outras palavras, um caminhar em solidariedade política e em conversas compartilhadas na construção de epistemologias.

Este texto é um argumento a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas. Há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos (Haraway, 1995, p. 22).

Nesse sentido, tornamo-nos responsáveis por aquilo que aprendemos e compartilhamos, o que nos direciona à responsabilidade na incorporação e confluência de conhecimentos, tecnologias e cosmovisões. Para além da proposta de um trabalho de orientação crítico e sensível, há também a possibilidade de pistas para que orientadora e orientanda se afetem de maneira mais potente no vínculo. O poder na relação é um fato – experimentar a responsabilidade afetiva não como um lugar idealizado, mas como um sinal para diminuir a reprodução de vínculos abusivos, temática profundamente discutida por Maria da Penha Nery (2014) em *Vínculo e afetividade*.

Como saber os limites para desempenhar o papel de orientadora? Embora esse papel seja muito diferente do de psicoterapeuta, como orientadora também estou acessando o mundo subjetivo de outra pessoa – a sua criação, seus medos, desejos e todas as emoções que isso lhe atravessa. Qual é a nossa responsabilidade nisso? Será que apenas a disponibilidade ou disposição intelectual é o bastante?

ESPIRALAR O CUIDADO

O que pode ser novo nessa discussão não é apenas a qualidade de apoio que as escolas federadas de psicodrama oferecem na construção das monografias de alunas/es/os, nem se esse apoio se restringe a questões burocráticas, como já problematizado por Perazzo (2010). A provocação aqui se soma: há de fato envolvimento com esse processo de ensino e acompanhamento? Um envolvimento que favoreça a análise crítica e sensível do papel de orientanda/e/o – e que torne possível o acolhimento das desistências como parte legítima do percurso formativo? Não podemos simplesmente ignorar essas existências; “o silêncio e a negação apenas irão aprofundar a ferida e nos fazer experimentar futuras calamidades” (Jabr, 2024, p. 50).

No papel de psicoterapeuta, atendo – e já atendi – pessoas em intenso sofrimento psíquico durante seu percurso acadêmico no mestrado e doutorado. Também estive ao lado daquelas que decidiram abandonar esse caminho e, mesmo com a firmeza

de que continuar pesquisando determinado tema já não fazia sentido, ainda assim enfrentavam o peso da culpa por terem desistido do processo acadêmico. As universidades estão alheias a esse adoecimento psíquico? É exclusivamente obrigação de cada acadêmica/e/o lidar, de forma individual, com as dores que a própria academia produz?

Por que haveria de ser diferente nos espaços de formação em psicodrama? Se não nos unirmos para analisar com maior profundidade essa realidade, corremos o risco de continuar priorizando apenas o desempenho acadêmico e a produção científica, sem oferecer um suporte abrangente para atender com legitimidade às singularidades e necessidades de cada aluna/e/o. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 83% dos estudantes universitários passam por dificuldades emocionais, como ansiedade, desânimo e pensamentos suicidas, sendo o suicídio a segunda maior causa de morte de alunos universitários (*apud* Coutinho & Gurski, 2024). Pesquisadores da Universidade de Westminster constataram que 42% dos estudantes de doutorado compreendem problemas de saúde mental como uma consequência natural do processo (University of Westminster, 2024).

A quem serve essa garantia de futuro de sucesso que exige estarmos à beira de um colapso sociopsicológico no aqui e agora? Os efeitos do neoliberalismo na psique humana levam à romantização da hiperprodutividade, sustentando uma promessa de futuro – nada muito diferente da promessa do paraíso após a morte para quem se sacrifica em vida. Os discursos exaltam o esgotamento psíquico, a rivalidade, a individualidade e a produtividade. Enquanto alguns corpos padecem..., outros gozam. E gozam muito.

Acredito na viabilidade de atendimentos grupais voltados à saúde mental de pessoas que estão na academia. Essa também poderia ser uma ação importante por parte das escolas de psicodrama. Além disso, a criação de espaços que não se limitem apenas ao combate ao racismo e à LGBTfobia, mas que também abranjam casos de relacionamentos abusivos com orientadoras/es e professoras/es. Entendo que seria uma oportunidade de compartilhamento tanto para quem desiste quanto para quem segue no processo e reconhece a necessidade de ajuda. Afinal, não se trata de descarte. O fato de alguém não querer mais realizar a monografia não significa que a instituição deixa de ter responsabilidade sobre essa pessoa.

Estas palavras não buscam eximir cada aluna/e/o de sua responsabilidade na construção da monografia, mas sim tecer ideias que nos ajudem a costurar um cobertor mais aconchegante para enfrentar o frio e a solidão do processo de escrita. Lembrando que essa cocriação ultrapassa a relação entre orientadora e orientanda; trata-se de uma tríade: instituição, orientadora e orientanda. Podemos ampliá-la ainda mais, incluindo a Federação Brasileira de Psicodrama (Febrap) como uma entidade fundamental: Febrap-instituição-orientadora-orientanda, abrangendo até mesmo pessoas que leem essas produções em busca de apoio para aperfeiçoar sua prática ou para fins de aprimoramento pessoal e/ou intelectual. O movimento é circular, e o cuidado é político e coletivo.

Segundo a psiquiatra e ativista Samah Jabr (2024, p. 47), “a solução definitiva para a saúde mental na Palestina está nas mãos dos políticos, não dos psiquiatras”. Essas palavras, que denunciam o genocídio em território palestino, nos ajudam a elucidar o quanto as demandas neoliberais e coloniais instrumentalizam não apenas a produção do sofrimento psíquico, mas também a produção de mortes. Tomo como referência a pesquisa de Achille Mbembe (2018), que compreende a necropolítica como um projeto antívida, adaptável às distintas geopolíticas, operando por meio de estratégias que produzem inferiorizações e precarizações direcionadas a corpos que escapam à norma: indígenas, negros, favelados, palestinos.

A individualização do sofrimento permanece como uma estratégia poderosa da necropolítica. As soluções para a saúde mental não estão exclusivamente nas mãos de profissionais da saúde, orientadoras ou alunas/os/es. São decisões políticas e estruturais que atravessam e afetam diretamente a vida das pessoas, produzindo condições de existência, ou de extermínio, que não podem ser ignoradas.

DEVIR-FRACASSO

A desobediência neoliberal está diretamente ligada ao fracasso, à estranheza e àquilo que, muitas vezes, provoca certo desconforto visceral. Esse conceito também se associa ao feio – aquilo que assusta aos olhos de quem acredita enxergar com nitidez, mas que, capturado num espaço-tempo, pode estar preso a uma ilusão óptica moldada pelas lentes do capitalismo e da conserva colonial.

Nesse (des)sentido e (des)aprendizagem, este texto se localiza desobediente por não se encerrar com a validação do sucesso dos resultados obtidos. É desobediente, porque não concluímos com êxito o percurso esperado do nível 1 e do nível 3 em psicodrama. Desobediente porque a individualidade não se sobrepôs à relação entre orientadora e orientanda. E, por fim, desobediente porque priorizamos o cuidado do vínculo às expectativas neoliberais.

A desobediência aqui reside em desafiar a narrativa hegemônica de sucesso, recusando-nos a medir nosso progresso por padrões neoliberais e reconhecendo a importância intrínseca das relações e das práticas políticas de cuidado. A desobediência é, em alguma análise, a negação do individualismo e uma forma de resistência às práticas que nos reduzem a meras empresas ou objetos de produção.

Podemos refletir sobre a desobediência neoliberal como um ato de “quebrar com estrépito”, transformando aquilo que se despedaça em um novo lugar – um novo corpo-território – ao recriar e reconectar suas partes. É por meio da ruptura e do despedaçamento que resistimos às violências das conservas coloniais. Fracassar, então, torna-se multiplicidade. E multiplicidade pode ser compreendida como produção de vida.

Como, então, contribuir para a fragmentação institucional de nossas escolas de psicodrama, de modo que das brechas possam emergir mais vidas? Quais oportunidades e facilidades de acesso estão sendo efetivamente implementadas para que pessoas negras, indígenas, com deficiência e LGBTQIA+ possam ocupar esses espaços?

Além de pluriversar esse território vivo psicodramático de maneira compromissada com todas as existências – (re) construindo um espaço impulsionador da diversidade, em que todas as vidas sejam vivíveis –, acredito que a desobediência neoliberal seja uma via de expansão da espontaneidade-criatividade para a reinvenção dos nossos lugares de formação, os quais ousou reconhecer como território da escola da anarquia (Vomero & Nery, 2024). Um psicodrama que se ressignifica como lugar de escuta, de inclusão e de insurgência, permitindo a emergência de novas vozes e perspectivas que contribuam para o trabalho (socio)terapêutico. Uma conjuntura de abertura para novos e múltiplos sentidos, uma aposta ética e estética. Um movimento que convida as/es/os profissionais da área ao comprometimento com o letramento racial e à profundidade na leitura das teorias de gênero, classe, deficiência e socioambientalidade – uma educação regenerativa que sustente a atuação enquanto agente de mudança na luta contra todas as formas de opressão e exclusão.

Para desconcluir, esta escrita se esvai sem a história de Nise. Que não esqueçamos mais esse fracasso – afinal, não partilhei sua história como anunciei no início do texto – nesta anticonclusão. Que possamos lembrar o fracasso como espaço singular de diferenciação e transmutação. Devir-fracasso. Que possamos falhar sem culpa, encontrar-nos com a potência criativa da nossa diferença em relação à norma, habitar o nosso lugar mais íntimo, talvez ainda intocado pelo neoliberalismo, e aprender a sagacidade de criar estratégias de sobrevivência às negociações (im)possíveis com a hegemonia. “Em vez de resistir a fins e limites, que possamos nos regozijar, aproximando-nos de todos os nossos fracassos inevitáveis e fantásticos” (Halberstam, 2000).

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

O compartilhamento de dados não é aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DAS AUTORAS

Conceitualização: Vomero LSZ; **Curadoria de dados:** Vomero LSZ; **Análise formal:** Vomero LSZ; **Metodologia:** Vomero LSZ; **Supervisão:** Vomero LSZ; **Escrita – primeira redação:** Vomero LSZ; **Visualização:** Vomero LSZ; **Escrita – edição e revisão:** Vomero LSZ; **Supervisão:** Malaquias MC; **Aprovação final:** Vomero LSZ.



FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

- Bíblia Sagrada Online (s.d.). *Versículos sobre os olhos do Senhor*. Recuperado de https://www.bibliaon.com/os_olhos_do_senhor
- Coutinho, L. G., & Gurski, R. (2024). Ansiedade, desânimo e outras questões emocionais afligem maioria de estudantes no Brasil. *Revista Galileu*.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Delumeau, J. (2003). *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13–18)*. Edusc.
- DiAngelo, R., Bento, C. & Amparo, T. (2023). O branco na luta antirracista: limites e possibilidades. In L. V. Schucman (Ed.), *Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo* (pp. 13-41). Fósforo.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu.
- Gavério, M. A. (2015). Medo de um planeta aleijado? Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade. *Áskesis*, 4(1), 103-117.
- Halberstam, J. (2000). *A arte queer do fracasso*. Cepe.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
- Jabr, S. (2024). *Sumud em tempos de genocídio*. Tabla.
- Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.
- Malaquias, M. C. (2020). *Psicodrama e relações étnico-raciais*. Ágora.
- Malaquias, M. C. (2023). *Etnodrama: Contribuições do grupo de estudos de psicodrama e relações raciais*. Ágora.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N-1.
- Moreno, J. L. (2012). *O teatro da espontaneidade*. Ágora.
- Nascimento, B. (2006). O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In A. Ratts (Ed.), *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento* (pp. 117-125). Instituto Kuanza.
- Nery, M. P. (2014). *Vínculo e afetividade: caminho das relações humanas*. Ágora.
- Perazzo, S. (2010). *Psicodrama: o forro e o avesso*. Ágora.
- Pereira, G. A. (2012). *A culpa e suas relações com a religiosidade e com o sentido da vida* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba). Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4219>
- Rodrigues, E. (2016). Melodia do fracasso [de estilhaços utópicos]. *Arte ConTexto*, 4(11).
- Ruíno, L. (2019). *Pedagogia das encruzilhadas*. Mórula.
- Santos, A. B. (2021). *A terra dá, a terra quer*. Ubu.
- University of Westminster (2024). *Nearly half of PhD students consider developing a mental health problem normal*. University of Westminster.

Vomero, L. S. Z. (2022). Decolonizando o conceito de reconhecimento (eu-tu). *Revista Brasileira de Psicodrama*, 30, e1422. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.576>

Vomero, L. S. Z. (2024). Conserva corporal: via de acesso para a (des)colonização do coinconsciente. In M. P. Nery, A. C. Eutrópio & L. S. Z. Vomero (Eds.). *Sexualidades, corpos e poder: desobediências criadoras* (pp. 33-61). Ágora.

Vomero, L. S. Z., & Nery, M. P. (2023). Uterodrama: descolonizando corpo e menstruação. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 31, e1023. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v31.597>

Vomero, L. S. Z., & Nery, M. P. (2024). Escola da anarquia: psicodrama e letramento LGBTQIA+ e racial. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 32, e0824. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v32.660>